

Trabalho Encomendado - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT03 - Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos

40 anos de estudos dos movimentos sociais no Brasil: aprendizagens, enigmas e desafios analíticos

Marcelo Kunrath Silva

Professor Titular do Departamento de Sociologia/UFRGS

mksilva@ufrgs.br

Resumo: Emergindo na segunda metade da década de 1970, como parte e expressão dos primeiros passos do processo de redemocratização do país, o campo de estudos de movimentos sociais no Brasil apresenta pouco mais de quatro décadas de importantes acúmulos em termos de pesquisas empíricas e formulações teóricas. Ao longo desse período, o campo de estudos observou momentos de ascensão e declínio do tema, mudanças teóricas e deslocamentos de objetos e de problemas de investigação. O presente trabalho busca fazer um balanço dessa trajetória, destacando os aprendizados acumulados e os enigmas que desafiam as pesquisadoras do campo. Em um ambiente acadêmico tradicionalmente mobilizado por novidades e demandas conjunturais, defende-se a necessidade de um contínuo diálogo crítico com o conhecimento previamente produzido por gerações de pesquisadoras que conformaram o campo de estudos de movimentos sociais. Tal diálogo crítico é fundamental, de um lado, para a preservação de importantes aprendizados empíricos e teóricos produzidos pelas pesquisas já realizadas no campo. E, de outro lado, para que seja possível identificar quais são efetivamente as novidades em termos de objetos empíricos e problemas de pesquisa que o campo precisa abordar.

Introdução

No “Manifesto pela Ciência Social”, recentemente publicado no AOC Media – Analyse Opinion Critique¹, o sociólogo Bernard Lahire identifica a falta de cumulatividade no processo de produção de conhecimento como uma das principais fragilidades das ciências sociais contemporâneas. Relacionada a diversas características que conformam as ciências sociais – descrença ou rejeição da própria ideia de cumulatividade, fragmentação disciplinar e temática, ausência de interlocução entre

diferentes “escolas” teóricas, subordinação das agendas de pesquisa a demandas conjunturais externas ao campo científico –, a falta de cumulatividade se colocaria como um poderoso obstáculo à consolidação das ciências sociais como “uma ciência como qualquer outra”.

¹ <https://aoc.media/analyse/2021/09/01/manifeste-pour-la-science-sociale/>

Compartilhando o diagnóstico de Lahire, este trabalho é orientado por dois objetivos. Primeiramente, demonstrar como essa tendência de não cumulatividade se expressa no campo de estudos de movimentos sociais no Brasil. Em segundo lugar, identificar alguns desafios colocados para esse campo de estudos a partir de aprendizagens e enigmas acumulados ao longo de sua trajetória.

Antes de iniciar a análise, no entanto, é necessário explicitar o que se compreende enquanto cumulatividade no processo de produção de conhecimento científico. Tal cumulatividade não significa a adoção de uma visão linear de “progresso científico”. Ao contrário, a concepção de cumulatividade aqui adotada propõe um processo de produção de conhecimento que implica um necessário **diálogo crítico** com o conhecimento existente, problematizando lacunas, equívocos e, no limite, fundamentos teóricos desse conhecimento. Ou seja, é uma concepção de cumulatividade que incorpora tanto a continuidade quanto a ruptura com o conhecimento existente, que deve necessariamente constituir o ponto de partida de todo processo de pesquisa, mas não o ponto de chegada.

A eterna busca do “novo”

Como sintetizado pelo título do livro de Perruso (2009), o campo de estudos de movimentos sociais brasileiro foi marcado, desde a sua constituição, pela “busca do novo”. Essa característica aparece de forma exemplar no título do livro que é considerado a principal referência da literatura produzida na década de 1980: “Quando novos personagens entraram em cena”, de Eder Sader (1988).

Assim, constituindo-se em um processo de ruptura com a literatura sobre populismo e sua tendência a ver os dominados como “massa” manipulada e eventualmente mobilizada pelas lideranças populistas a partir do Estado (Sader; Paoli, 1986; Szwacko; Araújo, 2019), os primeiros estudos sobre movimentos sociais no Brasil estiveram centralmente orientados para a identificação e análise de novos “sujeitos coletivos” (Sader, 1988) constituídos entre os segmentos dominados na estrutura de classes da sociedade. Em oposição à “massa” do populismo, os “novos personagens” produziram algo inédito na cena política brasileira: “o povo como sujeito de sua própria história” (Doimo, 1995).

Já em meados da década de 1980, no entanto, a novidade se desloca. Os “novos personagens” passam a se constituir em torno de outras relações de dominação e conflito (de gênero, sexualidade, raça, meio ambiente), problematizando a centralidade que as

relações de classe haviam ocupado até aquele momento. Ao mesmo tempo, o próprio espaço da conflitualidade se desloca: o cotidiano assume centralidade enquanto espaço da disputa política e da produção de transformações sociais. Como sintetiza o título do livro de Scherer-Warren e Krischke (1987), os movimentos sociais seriam os produtores de “uma revolução no cotidiano”.

Esse deslocamento empírico é acompanhado por um deslocamento teórico, expresso pela introdução do conceito de “novos movimentos sociais”. A diferenciação entre “velhos” e “novos” movimentos, importada da literatura europeia, tende a estabelecer uma distinção qualitativa entre os dois “objetos”, que assim supostamente demandariam teorias específicas para sua análise.

Entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990 observa-se, mais uma vez, a emergência de novos atores e uma nova mudança teórica no campo de estudos de movimentos sociais. Em termos de atores, os movimentos sociais passam a dividir o foco de interesse analítico com outros atores que conformariam o tecido associativo societário: as organizações não governamentais e as associações voluntárias. Ao invés de um foco nas potencialidades e limites dos movimentos sociais na produção de transformações estruturais, que foi central da literatura dos anos 1980, o debate dos anos 1990 se desloca para a identificação e análise do papel dos movimentos sociais (e, mais amplamente, do mundo associativo) na construção, aprofundamento e consolidação da democracia brasileira. Crescentemente, há um deslocamento da agenda de pesquisa, muitas vezes seguindo os próprios atores, dos processos de confrontação extrainstitucional para os processos de atuação institucional através de instituições participativas (Conselhos, Conferências, Orçamentos Participativos, Comitês Gestores etc.).

Em termos teóricos, a passagem dos anos 1980 para os anos 1990 é marcada pela introdução de duas abordagens. De um lado, com menor impacto na literatura, observa-se a emergência do conceito de “terceiro setor” para apreender um campo de atores societários que incorpora, mas transcende, os movimentos sociais. Tais atores e o campo que eles conformam teriam sua característica constitutiva sintetizada no título do livro de Fernandes (1994): “Privado porém público”.

De outro lado, com maior influência na literatura, coloca-se a abordagem estruturada em torno do conceito de “sociedade civil” habermasiano (Avritzer, 1996 e 1999; Costa, 1994 e 1997). Essa abordagem terá uma importância não apenas analítica, mas também normativa. Ela vai fundamentar propostas e iniciativas de participação social

que conferem centralidade aos atores da sociedade civil em processos de deliberação sobre a atuação governamental através das instituições participativas.

O progressivo deslocamento do foco analítico para a atuação institucional dos movimentos sociais, ao longo dos anos 1990, demandou uma crescente interlocução com campos de estudos dedicados à análise do Estado, da política institucional e, particularmente, das políticas públicas. Tal interlocução será uma marca importante do campo de estudos de movimentos sociais nos anos 2000, quando a agenda de pesquisa tende a se deslocar da discussão sobre a “democratização da democracia” (Santos, 2002) que marcou a década anterior, para análises sobre a atuação dos movimentos sociais na formulação, deliberação, implementação e/ou controle das políticas públicas.

A chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) à Presidência da República em 2003 e o ciclo de governos presididos pelo PT que se segue vão ser marcados pela abertura de oportunidades inéditas de acesso institucional aos movimentos sociais. Novamente seguindo os atores, grande parte da literatura vai se dedicar a analisar as relações que são construídas entre movimentos sociais e agentes governamentais e estatais, confrontando dois pressupostos bastante influentes na estruturação do campo de estudos de movimentos sociais: o pressuposto do confronto, segundo o qual movimentos sociais atuam centralmente através da confrontação; e o pressuposto da externalidade, segundo o qual movimentos sociais atuam necessariamente fora do Estado ou da política institucional. Estabelecendo relações de cooperação (sem excluir o conflito) com agentes governamentais e estatais e inserindo-se em espaços e processos institucionais, a análise da atuação dos movimentos sociais vai demandar reelaborações teóricas importantes, que marcarão a literatura dos anos 2000. Uma mudança teórica central ocorrida neste período é a entrada das teorias do processo político (Tarrow, 2009) e da *contentious politics* (McAdam; Tarrow; Tilly, 2001) como referências estruturantes do campo. Como destacam Szwacko, Dowbor e Araújo (2020: 17):

A posição de liderança dos autores da *Contentious Politics* é evidente em nossos dados. Tilly e Tarrow, juntos de McAdam e Giugni, desbancaram Habermas e Touraine – apenas Melucci sobreviveu aos anos 1990. Essa mutação na configuração do debate traz consigo uma mudança, a nosso ver, fundamental: a entrada do sistema político, de seus atores e dinâmicas, na heurística utilizada para explicar os MS, suas condições e seus efeitos.

Mas uma nova onda transnacional de conflitualidade que marca o início da década de 2010 e, particularmente, o ciclo de protestos de 2013 vão produzir uma nova inflexão no campo de estudos de movimentos sociais. A intensa e profunda conflitualidade extrainstitucional que emerge no período vai, por um lado, confrontar o diagnóstico de

institucionalização (e, para alguns, de cooptação) dos movimentos e conflitos sociais, recolocando a “política das ruas” novamente no centro das agendas de pesquisa. Aqui, mais uma vez se recorre à ideia de novidade para apreender atores que estariam protagonizando tais processos conflitivos, emergindo o conceito de “novíssimos movimentos sociais” (Alegria; Bulgarelli; Pinheiro-Machado, 2020; Gohn, 2016).

Por outro lado, a constituição e atuação pública de agentes orientados por pautas ou ideologias conservadoras, autoritárias e/ou de direita, com crescente capacidade de mobilização e influência política, vai confrontar a tendência de o campo de estudos de movimentos sociais analisar quase que exclusivamente processos de organização e mobilização social de segmentos dominados e oprimidos nas relações de poder que conformam a sociedade brasileira. Para abordar esses agentes também ganha a destaque a ideia de novidade, expressa na denominação de “nova direita” (Rocha, 2018).

Por fim, a conflitualidade dos anos 2010 coloca no centro da agenda de pesquisa do campo de estudos de movimentos sociais o tema das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e suas relações com os processos de organização e mobilização social ou, segundo título do livro de Malini e Antoun (2013), as relações entre “A Internet e a rua”. A crescente importância dos sites, blogs e redes sociais tecnologicamente mediadas como fonte de recursos, instrumentos e/ou espaços de ação política tende a ser vista como produtora de uma reconfiguração radical da constituição e atuação dos movimentos sociais. Aqui, mais uma vez, a ideia de novidade também ganha destaque.

Como se observa nesta sintética (e, certamente, parcial e empobrecedora) reconstituição da trajetória do campo de estudos de movimentos sociais no Brasil, a tendência dominante parece ser a preocupação em destacar mudanças e novidades: novos atores, novas causas, novos espaços de atuação, novos repertórios. Sem cair em uma falsa contraposição entre a novidade absoluta e a continuidade total, que tendem a ser situações absolutamente excepcionais na vida social, o que se questiona é o quanto este foco na novidade não impossibilitou a identificação e análise de mecanismos que, apesar das mudanças de atores, causas, espaços e repertórios, tendem a estar presentes e operantes nos processos de constituição e atuação dos movimentos sociais? Em medida esse destaque para a novidade não expressa aquilo que Melucci (2001: 26) denominava de “miopia do visível”, que faz com pesquisadoras concentrem sua atenção no que é mais visível e desconsiderem processos subjacentes que produzem as próprias condições de possibilidade desse visível?

Especialização temática e fragmentação teórica do campo de estudos de movimentos sociais

Em artigo que analisa a produção de artigos acadêmicos sobre movimentos sociais publicados nos periódicos brasileiros entre os anos 2000 e 2017, Szwako, Dowbor e Araújo (2020) confirmam um diagnóstico já apresentado em Silva (2010): o campo de estudos de movimentos sociais no Brasil tende a ser marcado por significativa dispersão, sem que haja um conjunto estruturante de problemáticas teoricamente fundamentadas que articule a produção de pesquisadoras e pesquisadores que atuam nesse campo.

Essa dispersão é, em parte, produto e expressão do processo de subdivisão do campo de estudos de movimentos sociais em função de uma crescente especialização cujo recorte é feito a partir de causas ou movimentos específicos. Tal subdivisão já pode ser identificada no próprio processo de constituição do campo, quando se observa uma separação entre as pesquisas sobre os movimentos sociais urbanos e os movimentos sociais rurais. Além disso, apesar de alguns autores da primeira geração articularem na sua análise os movimentos sociais urbanos e o movimento sindical (Sader, 1988), a tendência também foi de separação destes recortes empíricos em subcampos distintos. Tal separação será acentuada com a chegada da abordagem dos novos movimentos sociais, em meados dos anos 1980, uma vez que o movimento sindical passa a ser abordado como a expressão empírica dos “velhos movimentos”, que são interpretados como um objeto qualitativamente distinto dos “novos movimentos”.

Mas as pesquisas sobre os “novos movimentos” rapidamente constituíram subcampos próprios a partir de causas ou movimentos específicos. Assim, os estudos sobre movimento feminista, ambientalista, antirracista, LGBT, entre outros, vão progressivamente se separando, aprofundando a especialização temática.

Tal especialização vai se manter ao longo dos anos 1990 e 2000, quando as pesquisas de cada subcampo tenderam a focar as relações que cada movimento estabelece com setores do Estado e com subsistemas de políticas públicas relacionados às suas causas e demandas específicas.

Os novos atores e conflitos emergentes a partir de 2010, por sua vez, reproduziram a mesma lógica de especialização temática. Coletivos (que tendem a ser apresentados como a expressão organizativa dos “novíssimos movimentos sociais”), movimentos da “nova direita” e ciberativismo passam a constituir, dessa forma, novos subcampos dentro do campo de estudos de movimentos sociais.

Tal especialização temática não seria em si problemática se não fosse acompanhada por uma significativa fragmentação teórica do campo. Como demonstram Szwako, Dowbor e Araújo (2020), os subcampos não apenas se distinguem em função de seus objetos empíricos (causas e movimentos), mas também se distinguem em termos de seus referenciais teóricos e problemas de pesquisa. Nas palavras dos autores,

se as Ciências Sociais brasileiras tanto seguem atores e suas formas de mobilização quanto se especializam *pari passu* a tais formas de mobilização, elas não o fazem do mesmo modo, isto é, não o fazem partindo de modelos e debates teóricos unificados. Diferentes debates estruturam-se e especializam-se segundo distintas tradições e fortunas teóricas (Szwako; Dowbor; Araújo, 2020: 16).

Como resultado dessa fragmentação teórica, cada subcampo tende a apresentar uma “gramática” teórica própria², autores de referência específicos e, especialmente, agendas de pesquisa particulares. Em função disso, torna-se pouco provável a ocorrência de diálogos e análises que perpassem e conectem os diferentes subcampos a partir de problemas de pesquisa e modelos de análise compartilhados³.

Sem rejeitar o argumento de que existem importantes especificidades entre diferentes movimentos e causas e sem pretender unificar todos os subcampos que conformam o campo de estudos de movimentos sociais em torno de uma perspectiva teórica ou uma agenda de pesquisa comum, retoma-se aqui o questionamento colocado ao final da seção anterior: o quanto este foco na especificidade não tem impossibilitado a identificação e análise de mecanismos que, apesar das diferenças entre os movimentos e as causas, tendem a estar presentes e atuantes nos processos de constituição e atuação de todos os movimentos sociais? Em medida esse destaque para a especificidade não expressa aquilo que Melucci (2001: 26) denominava de “miopia do visível”, que faz com que pesquisadoras concentrem sua atenção no que é mais visível (as diferenças de causas e movimentos) e desconsiderem processos subjacentes comuns que produzem as próprias condições de possibilidade desse visível?

Obstáculos à cumulatividade

² Para uma definição de teoria como “gramática”, ver Abend (2006: 14).

³ Não discute-se aqui as implicações das divisões disciplinares na fragmentação do campo de estudos de movimentos sociais, mas é perceptível que os debates teóricos e as pesquisas realizadas dentro de distintos recortes disciplinares apresentam características próprias e, na maior parte das vezes, com pouco interlocução externa às fronteiras disciplinares.

A articulação entre as características do campo de estudos de movimentos sociais no Brasil abordadas nas duas sessões anteriores – foco nas novidades conjunturais, especialização temática e fragmentação teórica – se coloca como um importante obstáculo a um processo cumulativo de produção de conhecimento científico.

A tendência a tratar atores, causas, espaços de atuação e repertórios como novidades absolutas produz uma recorrente descontinuidade com pesquisas realizadas no passado, como se as mesmas não tivessem nada a ensinar ou contribuir, mesmo que através do contraste entre diferenças, à análise dos novos “objetos” de pesquisa. O conhecimento acumulado tende a ser tratado como algo a ser descartado e não problematizado a partir do diálogo crítico e da confrontação com novas empirias. Tal postura é evidenciada, por exemplo, nas revisões de literatura que desconsideram importantes acúmulos prévios de gerações de pesquisadoras e pesquisadores⁴.

A especialização temática e a fragmentação teórica tendem a produzir um fechamento de cada subcampo de pesquisa a um debate interno, pouco permeável a problematizações e resultados de pesquisa produzidos em outros subcampos (que, muitas vezes, são simplesmente desconhecidos). Gera-se, assim, uma hiperespecialização que acaba bloqueando ou, ao menos, dificultando as possibilidades de diálogo entre pesquisadoras inseridos em distintos subcampos.

Além disso, tal fechamento impede a identificação e análise de processos e mecanismos recorrentes na conformação dos movimentos sociais em distintos campos de conflito. Ao contrário, as diferenças em termos de causas defendidas ou de relações de poder contestadas tendem a ser tratadas como a expressão de diferenças de “natureza” entre distintos movimentos sociais. Impede-se, com isso, a análise de elementos comuns a tais movimentos enquanto distintas configurações de um processo similar: a ação coletiva de contestação ou de confronto político.

Como é perceptível nas críticas feitas à literatura até o momento, considera-se que um obstáculo central para um processo mais cumulativo de produção de conhecimento no campo de estudos de movimentos sociais (e, de fato, nas ciências sociais em geral) encontra-se na desconsideração de mecanismos e processos recorrentes que operam na produção de “objetos” de pesquisa que, aparentemente, seriam distintos. Por exemplo, os

⁴ Para uma revisão crítica da literatura brasileira sobre as relações entre TICs, ativismo e movimentos sociais, enfatizando a desarticulação entre essa literatura e os acúmulos do campo de estudos de movimentos sociais no Brasil, ver Ruskowski *et al* (2021).

processos de engajamento e recrutamento, de mobilização de recursos, de organização, de construção de molduras interpretativas, de identificação coletiva, de definição de um repertório de ação, para referir a alguns processos básicos da construção da ação coletiva, não são comuns (o que não significa idênticos) a todos os movimentos sociais, sejam eles velhos, novos ou novíssimos, progressistas ou conservadores?

Identificar e analisar tais mecanismos e processos poderia, de um lado, possibilitar a construção de modelos de análise compartilhados entre distintos subcampos que conformam o campo de estudos de movimentos sociais, oportunizando o diálogo a partir de referências teóricas comum. De outro lado, possibilitaria também identificar e analisar as reais especificidades ou novidades nas configurações e na própria ocorrência de tais mecanismos e processos em distintos campos de conflito ou em distintos contextos.

Mas aprendemos alguma coisa em quarenta anos?

Apesar dos obstáculos à cumulatividade abordados nas seções anteriores, avalia-se que o campo de estudos de movimentos sociais no Brasil apresenta diversos acúmulos ao longo de sua trajetória. Obviamente, fazer um balanço sistemático e aprofundado de tais acúmulos demandaria condições que não estão disponíveis no momento. A própria hiperespecialização dos subcampos, destacada anteriormente, torna particularmente difícil a realização de tal balanço ao exigir um conhecimento do conjunto de subcampos que o autor e, provavelmente, a totalidade das pesquisadoras do campo não possuem.

Frente a essas limitações, opta-se por destacar nesta seção apenas três aprendizados teóricos mais gerais que, a partir do ponto de vista particular do autor no campo, são considerados muito importantes em termos do estabelecimento das agendas de pesquisa nas últimas décadas. Isso não significa, no entanto, que esses sejam os principais acúmulos nem que outros aprendizados não sejam tão ou mais importantes que os destacados.

O primeiro aprendizado a ser destacado se refere a uma crescente atenção das pesquisas às relações que os agentes que conformam as redes movimentalistas estabelecem com outros agentes, em especial aqueles que atuam no campo político-institucional. Apesar da ênfase nas interdependências entre movimentos sociais e Estado ou entre política institucional e não-institucional poder ser identificada já na primeira geração de estudos de movimentos sociais (Boschi, 1987; Silva; Ribeiro, 1985), foi entre o final dos anos 1990 e o início dos anos 2000 que tais interdependências ganham

centralidade no campo de estudos e, como salientado anteriormente, os pressupostos da externalidade e da confrontação são problematizados diretamente. Essa problematização foi acompanhada por pesquisas empíricas que mostravam a diversidade e a dinamicidade das relações que movimentos sociais estabeleciam com agentes e arenas estatais, construindo diferentes “encaixes” (Gurza Lavalle; Carlos; Dowbor; Szwacko, 2017) e conformando um “repertório de interação” plural e mutável (Abers; Serafim; Tatagiba, 2014).

Achados empíricos e proposições teóricas possibilitaram uma complexificação analítica das relações entre movimentos sociais, Estado e políticas públicas. Tal complexificação permitiu a identificação e análise do “trânsito institucional” (Silva; Oliveira, 2011) de ativistas de movimentos sociais “através das fronteiras entre sociedade e Estado” (Abers; von Büllow, 2011). Além disso, possibilitou a investigação do “ativismo institucional ou burocrático” (Abers, 2019; Cayres, 2016) de agentes estatais que se identificam com as causas e/ou organizações de movimentos sociais e atuam em prol das mesmas a partir de suas posições institucionais.

O segundo aprendizado a ser destacado é a superação de uma interpretação espontaneísta da constituição e atuação dos movimentos sociais. Silva e Ribeiro (1985: 324) mostram que o “paradigma” predominante na primeira geração de estudos sobre movimentos sociais tendia a abordá-los como “formas de expressão populares, alternativas, independentes e espontâneas”. Nascidos das contradições do capitalismo, da espoliação ou das carências materiais vivenciadas pelos segmentos populares, os movimentos sociais tendiam a ser vistos como uma resposta “natural” determinada objetivamente pela posição de classe e pelas condições de vida.

Tal interpretação já encontra um forte questionamento na própria década de 1980 em trabalhos como o de Sader (1988). Uma das principais contribuições desse autor foi sustentar teoricamente e demonstrar empiricamente que

não se pode deduzir orientações e comportamentos de “condições objetivas dadas”. Tais deduções pressupõem uma noção de “necessidades objetivas” que moveriam os atores sem as mediações simbólicas que as instituem enquanto necessidades sociais. Quem pretender captar a dinâmica de movimentos sociais explicando-os pelas condições objetivas que os envolvem e poupando-se de uma análise específica de seus imaginários próprios irá perder aquilo que os singulariza (Sader, 1988: 42).

Nos anos 2000, fazendo uma (auto)crítica da literatura sobre movimentos sociais urbanos dos anos 1970 e 1980, Kowarick (2000: 125-126) afirmava:

ignorar que a pauperização econômica, a espoliação urbana ou a opressão política nada mais são do que matérias-primas que em certas conjunturas, alimentam as

reivindicações populares: entre estas e as lutas sociais propriamente ditas há todo um conjunto variado de mediações que é historicamente produzido e que não está de antemão tecido nas teias das determinações estruturais. Ignorá-las significa cair, como o fizeram muitas de nossas investigações, no que pode ser designado de *deducionismo das condições objetivas*.

A ruptura com a visão que naturaliza a organização e atuação dos movimentos sociais abriu uma ampla agenda de pesquisa voltada à análise de diversos mecanismos e processos que compõem e conformam o que Melucci (1990) conceituou como a “construção social da ação coletiva”: identificação coletiva, mobilização de recursos, recrutamento, engajamento militante, construção de redes, mudança de escala, produção e difusão de enquadramentos interpretativos, identificação de oportunidades políticas e ameaças, entre outros.

Por fim, o terceiro aprendizado se refere ao entendimento sobre a própria “natureza” dos movimentos sociais. Apesar de não ser uma unanimidade, como seria esperado em um campo de estudos marcado pela fragmentação teórica, observa-se na literatura um crescente deslocamento de uma interpretação dos movimentos sociais como “ator” para uma interpretação dos movimentos como “redes”. Tal deslocamento implica uma ruptura com uma visão dos movimentos sociais marcada por ideias de unidade e homogeneidade, em prol de uma visão que enfatiza a diversidade e a heterogeneidade (ideológica, moral, religiosa, partidária, geracional, territorial, racial, de gênero, sexual, de classe, profissional etc.) interna dos movimentos sociais.

A interpretação dos movimentos sociais como redes de atores heterogêneos se colocou como um instrumento teórico importante, por exemplo, para a identificação e análise da diversidade de táticas, institucionais e não institucionais, empregadas por diferentes atores das redes movimentalistas na busca de suas demandas, objetivos e/ou estratégias. Possibilitou abordar a conflitualidade como uma característica constitutiva das redes movimentalistas, sempre marcadas por controvérsias e disputas em relação aos repertórios, identidades, molduras interpretativas, estratégias, projetos políticos etc. a serem adotados e defendidos (Oliveira; Silva, 2018).

Enigmas e desafios analíticos contemporâneos do campo de estudos de movimentos sociais no Brasil

Buscando um olhar mais prospectivo, a presente seção aborda, de forma sucinta, algumas enigmas e desafios analíticos que persistem ou emergem ao longo da trajetória do campo de estudos de movimentos sociais no Brasil. Sem a pretensão de ser exaustivo,

considera-se que tais enigmas e desafios analíticos deveriam ter um lugar de centralidade na agenda de pesquisa do campo nos próximos anos.

Curiosamente, o primeiro desafio analítico que marca o campo de estudos de movimentos sociais se refere à própria conceituação dos fenômenos e processos que constituem seus objetos de análise. O conceito de movimento social, por exemplo, é utilizado com diversos sentidos pela literatura, oscilando entre diferentes definições teóricas e, ainda, distintas formas de uso na vida social e política. Assim, os objetos empíricos recortados pelos usos diferenciados do conceito na literatura abordam “coisas” muito diversas: uma rede (o movimento feminista, p.ex.), uma organização (o movimento de trabalhadores sem terra, p.ex.), uma campanha (o movimento contra a construção da Hidrelétrica de Belo Monte, p.ex.), um ciclo de protestos (as jornadas de junho de 2013, p.ex.) e uma tática (o protesto).

Essa imprecisão conceitual, como seria esperado, gera muitos “ruídos” no campo. Ela dificulta a identificação e diferenciação entre o que são controvérsias reais e o que são confusões derivadas de usos distintos do mesmo conceito. Assim, avançar no sentido da construção e uso de uma gramática conceitual comum é um desafio urgente e fundamental para o campo. Obviamente, isso não significa uma improvável e questionável unificação teórica, mas sim a construção de um acordo entre as pesquisadoras do campo sobre o significado de alguns dos conceitos através dos quais apreendemos nossos “objetos” de pesquisa. Em outras palavras, é importante termos distintas teorias disputando a explicação de como se forma um movimento social, por exemplo, desde que tenhamos um entendimento compartilhado sobre o significado do conceito de movimento social.

Um segundo desafio analítico do campo de estudo de movimentos sociais se refere à questão metodológica. Grande parte da literatura do campo é constituída por pesquisas que tiveram como unidade de análise um movimento e, principalmente, uma organização de movimento social específica. Além disso, as pesquisas tendem a ter o presente como recorte temporal e o local (municipal) como recorte espacial. Por fim, destaca-se ainda a centralidade das entrevistas qualitativas com integrantes dos movimentos/organizações pesquisados como técnica predominante na produção das informações para sustentar empiricamente as análises.

A literatura marcada por tais características produziu, sem dúvida, estudos qualificados e possibilitou importantes avanços no conhecimento científico. No entanto, avalia-se a importância de uma ampliação e diversificação metodológica do campo,

incorporando outros desenhos de pesquisa que oportunizem novos tipos de informações e, dessa forma, possibilitem responder outros tipos de problema de pesquisa.

Algumas dessas inovações metodológicas visualizadas já possuem bons exemplos na literatura recente. Destaca-se, nesse sentido, o trabalho de Angela Alonso (2014; 2016) sobre o abolicionismo enquanto o primeiro movimento social brasileiro, introduzindo a historicidade em um campo de estudos centralmente focado em processos do presente. Destacam-se também os trabalhos que têm utilizado a análise de eventos de protesto (Alonso; Mische, 2016; Silva; Araújo; Pereira, 2016; Tatagiba; Galvão, 2019) como recurso para análises longitudinais e/ou em diferentes contextos, possibilitando assim a

identificação de transformações e permanências, similaridades e diferenças na configuração da conflitualidade social e política. Por fim, outra vertente fértil encontra-se no uso das mídias, corporativas ou da Internet, como fonte documental para o desenvolvimento de pesquisas sobre eventos/ciclos de protesto ou reconfigurações do ativismo contemporâneo (Fernandes; Teixeira, 2018; von Büllow; Vilaça; Abelin, 2018).

Esses exemplos mostram que ainda existem muitos recursos metodológicos a serem explorados pelas pesquisadoras do campo de estudos de movimentos sociais, de forma a qualificar a produção científica do campo com pesquisas diversificadas e rigorosas em termos dos procedimentos de produção e análise do material empírico. Um importante sinal da existência de uma crescente preocupação do campo nesse sentido é a obra no prelo "Métodos em Movimento", organizada por José Szwacko, Monika Dowbor e Matheus Mazzilli Pereira, dedicada a apresentar um leque diversificado de opções metodológicas à disposição de quem pesquisa o tema dos movimentos sociais.

Um terceiro desafio analítico se refere às relações entre a produção de conhecimento científico e a relevância social e política do conhecimento às causas e movimentos com os quais as pesquisadoras se identificam. Como seria esperado, o campo de estudos de movimentos sociais é composto desde sua formação por uma parcela significativa de pesquisadoras que apresentam uma identificação política com os movimentos que pesquisam e, por vezes, possuem inclusive um engajamento militante em organizações de movimentos sociais. Sendo assim, realizar pesquisas que não apenas contribuam para um conhecimento mais qualificado da realidade, mas também contribuam para a defesa ou a promoção de causas e movimentos, sempre esteve presente como uma intencionalidade estruturante do campo.

A relativa constância dessa preocupação com a "relevância" das pesquisas sobre movimentos sociais se expressa na permanência do tema ao longo do tempo: desde as

discussões sobre a “pesquisa ação” ou “pesquisa participante” da década de 1980 (Brandão, 1981) até os debates sobre “pesquisa militante” em anos mais recentes (Bringel; Varella, 2016; Trindade; Viana, 2017). Sem pretender oferecer uma resposta simples a uma questão complexa, argumenta-se apenas que o desafio é a construção de propostas que não partam do pressuposto de que haveria uma relação de incompatibilidade entre a produção de conhecimento científico rigoroso e a relevância social e política.

Um quarto desafio analítico se refere à necessidade de estudos menos orientados por abordagens internistas, “movimentocêntricas”, focadas centralmente em processos internos aos movimentos ou às organizações de movimentos sociais (Silva; Pereira, 2020). Sem desconsiderar a importância de tais estudos, considera-se importante que o campo de estudos de movimentos sociais incorpore de forma mais efetiva o pressuposto relacional que fundamenta tanto a teoria do confronto político (McAdam; Tarrow; Tilly, 2001) quanto a teoria pragmatista (Cefaï, 2011).

Tal pressuposto demanda um olhar para as relações de conflito e cooperação que envolvem uma diversidade de atores e, simultaneamente, produzem tais atores. Assim, a análise dos movimentos sociais implica um olhar para as relações que seus atores estabelecem com diversos outros atores que conformam seu campo de ação. Como destacado anteriormente, nas últimas décadas a literatura brasileira se dedicou intensivamente a uma parcela desses atores: os governantes e as burocracias. No entanto, o leque de atores analiticamente relevantes é muito mais amplo, envolvendo mídias, partidos políticos, forças de segurança, aliados, adversários, contramovimentos, “opinião pública”, entre outros. Além disso, em um mundo de crescente conexão e interdependência global, as relações com atores internacionais e transnacionais tendem a apresentar significativa importância para a compreensão da configuração e das dinâmicas da conflitualidade em escala nacional e subnacional.

Por fim, um quinto desafio analítico envolve a necessidade de uma maior incorporação das dimensões moral e emocional aos estudos de movimentos sociais. A ruptura com uma visão espontaneísta e naturalizadora do engajamento militante e da constituição dos movimentos sociais, destacada anteriormente, foi em grande medida viabilizada por uma “virada cultural” que se expressa através da centralidade que adquirem conceitos como matrizes discursivas, identidade coletiva e enquadramento interpretativo. No entanto, no caso da literatura brasileira cabe o mesmo diagnóstico que Goodwin, Jasper e Polletta (2001: 1) fizeram para a literatura internacional:

Os cientistas sociais retratam os humanos como racionais e instrumentais, características que são estranhamente consideradas como impedindo qualquer emoção. Mesmo a recente redescoberta da cultura assumiu uma forma cognitiva, como se os participantes políticos fossem computadores processando mecanicamente os símbolos. De alguma forma, os observadores acadêmicos conseguiram ignorar o turbilhão de paixões ao seu redor na vida política.

Tal ignorância deve-se, em parte, à força teórica e normativa de uma concepção da política como o campo da ação racional orientada pelo cálculo estratégico. Observa-se, assim, uma significativa dificuldade teórico-metodológica para lidar analiticamente com a moralidade e as emoções nos processos políticos, incluindo a constituição e atuação dos movimentos sociais. Trabalhos recentes, no entanto, têm buscado superar tais obstáculos e desenvolver análises que conferem centralidade à moralidade e à emotividade nas ações coletivas (Losekann, 2017; Silva, 2021), conformando uma promissora agenda de pesquisa.

Mapeados alguns desafios analíticos, o restante da seção dedica-se a destacar três enigmas que devem marcar as pesquisas do campo de estudos de movimentos sociais no Brasil nos próximos anos. Dois deles já têm sido objeto de significativas pesquisas e um ainda está em construção.

Primeiramente, destaca-se as relações entre Internet, tecnologias de informação e comunicação, ativismo e movimentos sociais como um objeto de pesquisa central para o campo de estudos de movimentos sociais. Compreender se (e, se sim, como) as mudanças sociotécnicas, ao produzirem transformações nas formas como indivíduos e grupos interagem, se comunicam e se informam, estariam produzindo alterações qualitativas nos processos de organização e mobilização social ainda é um enigma a ser respondido pelas pesquisas do campo. Em que medida estamos vivenciando processos qualitativamente distintos daqueles tradicionalmente apreendidos pelos estudos que analisaram as ações coletivas dos movimentos sociais das décadas passadas? Ainda podemos usar modelos analíticos desse passado ou precisamos construir novos modelos para dar conta de novos processos, como parece ser a proposta da “ação conectiva” de Bennett e Segerberg (2013)?

Em segundo lugar, destacam-se os enigmas vivenciados pelo campo de estudos de movimentos sociais com a emergência pública de um intenso ativismo conservador, de direita e/ou autoritário no país nas últimas duas décadas. Para um campo centralmente focado nos processos de organização e atuação de movimentos sociais de segmentos dominados nas relações de poder da sociedade brasileira, essa emergência trouxe a

problematização sobre a pertinência ou adequação do uso dos mesmos conceitos e teorias para abordar esses “novos personagens” da cena política brasileira. Aqui, em certa medida, reproduz-se o questionamento colocado acima: em que medida estamos vivenciando processos que, apesar da diferença de causas e atores, apresentam uma similaridade em termos de sua configuração com processos tradicionalmente pesquisados pelo campo de estudos de movimentos sociais e, assim, devem ser analisados com os mesmos instrumentos analíticos? Ou, ao contrário, em que medida estamos vivenciando processos qualitativamente novos que demandam novos referenciais de análise?

Por fim, o terceiro enigma tensiona as próprias fronteiras do campo de estudos de movimentos sociais. Partindo do argumento da teoria do confronto político, que interpreta os movimentos sociais como uma das formas de estruturação da conflitualidade em sociedades caracterizadas em maior ou menor grau por um regime democrático, um tema pouco explorado pelo campo se refere as relações entre a constituição e atuação dos movimentos sociais e outras expressões da conflitualidade em uma sociedade radicalmente desigual, autoritária e violenta como a brasileira. Como os movimentos sociais se relacionam, por exemplo, com as formas cotidianas de resistência das parcelas mais destituídas e oprimidas da população brasileira que não têm o “privilégio” de poder contestar abertamente sua subalternidade? Em que medida é adequado utilizar os conceitos e modelos de análise dos movimentos sociais para abordar a atuação de povos tradicionais, como os indígenas? Como formas de conflito marcadas pela violência se relacionam com a conflitualidade dos movimentos sociais?

Tais questões colocam um desafio de proposição teórica ao campo de estudos de movimentos sociais no Brasil, de forma a dar conta de configurações e dinâmicas específicas da sua conflitualidade que, por vezes, demandam reelaborações e criações conceituais. Obviamente, tal desafio não implica a rejeição ou desconsideração de modelos de análise produzidos pela literatura internacional, mas sim um diálogo crítico que permita avaliar a pertinência dos mesmos para apreensão e análise de processos empíricos que apresentam suas especificidades.

Considerações finais

O campo de estudos de movimentos sociais no Brasil é um campo de pesquisa consolidado, com uma fértil e sólida trajetória de pesquisa empíricas e formulações teóricas. Os argumentos críticos apresentados nessa sucinta revisão panorâmica de tal

trajetória não têm, de forma alguma, a pretensão de questionar as importantes contribuições já produzidas pelo campo. Ao contrário, o objetivo foi realizar exatamente aquilo que está proposto na introdução: reconhecer os acúmulos do campo, dialogar criticamente com tais acúmulos e identificar novos desafios e enigmas a serem respondidos pelo campo no presente e no futuro. É através desse diálogo crítico que podemos evitar as ilusões das falsas novidades ou das irreais repetições, usando o conhecimento acumulado como ponto de partida para novas problematizações. Possibilitando, dessa forma, a manutenção da vitalidade de um campo de pesquisa que saiba combinar o reconhecimento dos seus aprendizados com a capacidade de inovar e, eventualmente, realizar as rupturas necessárias para a qualificação do conhecimento científico.

Referências Bibliográficas

- ABEND, Gabriel. Styles of Sociological Thought: Sociologies, Epistemologies, and the Mexican and U.S. Quests for Truth. *Sociological Theory*, 24:1, p.1-41, March 2006.
- ABERS, Rebecca Neaera; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. *Dados*, vol. 57, nº2, p.325 a 357, 2014.
- ABERS, Rebecca; von BÜLLOW, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, nº 28, p. 52-84, set./dez. 2011.
- ALEGRIA, Paula; BULGARELLI, Lucas; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Movimentos sociais contemporâneos: um balanço da produção de teses e dissertações em antropologia (2008–2018). *BIB*, São Paulo, n. 93, pp. 1-27, 2020.
- ALONSO, Angela. O Abolicionismo como Movimento Social. *Novos Estudos*, nº 100, pp. 115-137, novembro/2014.
- ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- ALONSO, Angela; MISCHÉ, Ann. Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests. *Bulletin of Latin American Research*, 2016.
- AVRITZER, Leonardo. *A moralidade da democracia: ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática*. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.
- AVRITZER, Leonardo. Teoria democrática, esfera pública e participação local. *Sociologias*, ano 1, nº 2, pp. 18-43, jul/dez 1999.
- BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra. *The Logic of Connective Action: digital media and the personalization of contentious politics*. New York: Cambridge University Press, 2013.
- BOSCHI, Renato Raul. *A arte da associação: política de base e democracia no Brasil*. São Paulo: Vértice/IUPERJ, 1987.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

- BRINGEL, Breno; VARELLA, Renata Versiani Scott. A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. *Revista Digital de Direito Administrativo*, vol. 3, n. 3, p. 474-489, 2016.
- CAYRES, Domitila Costa. Ativismo institucional e interações Estado-movimentos sociais. *BIB*, n. 82, p. 81-104, 2º semestre de 2016.
- CEFAÍ, Daniel. Diez propuestas para el estudio de las movilizaciones colectivas. De la experiencia al compromiso. *Revista de Sociología*, nº 26, p. 137-166, 2011.
- COSTA, Sérgio. Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil – uma abordagem tentativa. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 38, 1994.
- COSTA, Sérgio. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.12, nº35, pp. 121-134, outubro/1997.
- DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.
- FERNANDES, Rubem Cesar. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- FERNANDES, Eduardo Georjão; TEIXEIRA, Alex Niche. Por um modelo analítico no estudo dos enquadramentos midiáticos a processos de mobilização. *Sociedade e Estado*, Volume 33, Número 3, Setembro/Dezembro 2018.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. *Diálogo Educacional*, v. 16, n. 47, p. 125-146, jan./abr. 2016.
- GOODWIN, Jeff; JASPER, James M.; POLLETTA, Francesca (eds). *Passionate Politics: Emotions and Social Movements*. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.
- GURZA LAVALLE, Adrian; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; SZWACKO, José. *Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência*. Centro de Estudos da Metrópole, Texto para Discussão nº 019/2017.
- KOWARICK, Lúcio. *Escritos Urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- LOSEKANN, Cristiana. "It was no accident!" - The place of emotions in the mobilization of people affected by the collapse of Samarco's tailings dam in Brazil. *Vibrant*, v.14, n.2, p. 102-126, 2017.
- MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. *@ Internet e # Rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. *Dynamics of contention*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- MELUCCI, Alberto. *Collective action as a social construction*. Paper presented at the thematic group "Social Classes and Social Movements", XII World Congress of Sociology, Madrid, July/1990.
- MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- OLIVEIRA, Danielle Soares Pires de; SILVA, Marcelo Kunrath. "Um carro a menos": análise sobre a atuação do movimento cicloativista na disputa sobre a política de mobilidade urbana de Porto Alegre. *Idéias*, v.9, n.1, p. 17-42, jan/jun. 2018.
- PEREIRA, Matheus Mazzilli; SILVA, Marcelo Kunrath. *Para Além dos Movimentos Sociais: reflexões sobre a literatura brasileira da década de 2010*. Trabalho apresentado no 44º Encontro Anual da ANPOCS, 2020.
- PERRUSO, Marco Antonio. *Em busca do "novo": intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80*. São Paulo: Annablume, 2009.

- ROCHA, Camila. *"Menos Marx, Mais Mises": uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018)*. Tese de doutorado em ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2018.
- RUSKOWSKI, Bianca de Oliveira *et al.* Tecnologias de Informação e Comunicação, Ativismo e Movimentos Sociais: uma revisão crítica da literatura brasileira (2010-2017) na perspectiva do campo de estudos de movimentos sociais. *Compólitica*, vol. 10(2), p. 43-82, 2020.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SADER, Eder, PAOLI, Maria Célia. Sobre 'classes populares' no pensamento sociológico brasileiro. In: CARDOSO, Ruth (Org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SCHERER-WARREN, Ilse, KRISCHKE, Paulo J. (Org.). *Uma revolução no cotidiano?: os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SILVA, Camila Farias da. *"Acontece uma coisa que eu não sei explicar": um estudo sobre emoções e performances públicas de contestação*. Tese de doutorado em Sociologia, Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021.
- SILVA, Marcelo Kunrath. De Volta aos Movimentos Sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. *Ciências Sociais Unisinos*, v.29, n.1, p.2-9, 2010.
- SILVA, Marcelo Kunrath; ARAUJO, Gabrielle Oliveira; PEREIRA, Matheus Mazzilli. Análise de Eventos de Protesto no Estudo dos Repertórios Associativos. In: Pedro Robertt; Carla M. Rech; Pedro Lisdero; Rochele Fellini Fachinetto (Orgs.). *Metodologia em Ciências Sociais Hoje: práticas, abordagens e experiências de investigação*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
- SILVA, Marcelo Kunrath; OLIVEIRA, Gerson de Lima. A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento - uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, v. 13, p. 86-124, 2011.
- SILVA, Luís Antônio Machado da; RIBEIRO, Ana Clara Torres. Paradigma e movimentos sociais: por onde andam nossas idéias?. *Ciências Sociais Hoje*, 1985, Anuário de Antropologia, Política e Sociologia, 1985.
- SZWACKO, José; ARAUJO, Ramon. Quando novos conceitos entraram em cena: história intelectual do "populismo" e sua influência na gênese do debate brasileiro sobre movimentos sociais. *Estudos Históricos*, vol. 32, nº 67, p. 469-499, maio-agosto 2019.
- SZWAKO, José; DOWBOR, Monika; ARAUJO, Ramon. A produção de artigos acadêmicos sobre movimentos sociais publicados nos periódicos brasileiros (2000–2017): tendências e inovações. *BIB*, São Paulo, n. 92, pp. 1-22, 2020.
- TARROW, Sidney. *Poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). *Opinião Pública*, vol. 25, nº 1, jan.-abr., p. 63-96, 2019.
- TRINDADE, Thiago; VIANA, Rafael. *Desafios para a construção de uma teoria relevante para os movimentos sociais*. Trabalho apresentado no GT "Movimentos Sociais Contemporâneos" do 18º Congresso Brasileiro de Sociologia: Brasília, 2017.

von BÜLLOW, Marisa; VILAÇA, Luiz; ABELIN, Pedro Henrique. Varieties of digital activist practices: students and mobilization in Chile. *Information, Communication & Society*, DOI: 10.1080/1369118X.2018.1451550, 2018.